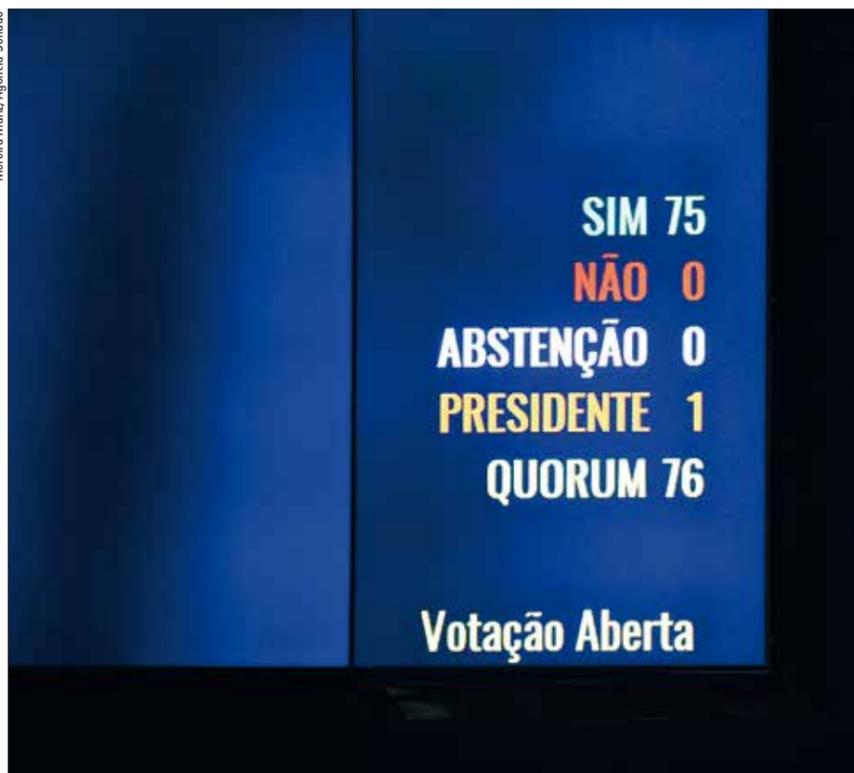




Fim do foro privilegiado passa por unanimidade

Moreira Matiz/Agência Senado



Painel eletrônico mostra a aprovação total ao relatório de Randolfe sobre projeto de Alvaro Dias

Proposta aprovada em primeiro turno acaba com prerrogativa para 35 mil autoridades e proíbe que ela volte a ser instituída

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro especial para diversas autoridades foi aprovada ontem em primeiro turno. A PEC do Fim do Foro Privilegiado teve unanimidade tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto em Plenário. Emenda acatada na CCJ manteve a prerrogativa apenas para os presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado. A proposta ainda deve ser discutida em três sessões deliberativas no Plenário e votada em segundo turno. Se for novamente aprovada, segue para a Câmara dos Deputados. **5**



Moreira Matiz/Agência Senado

Substituto de Roberto Requião prevê mais de 30 ações que podem ser punidas

Senado aprova projeto que altera lei sobre abuso de autoridade

O Plenário aprovou ontem o projeto que modifica a Lei de Abuso de Autoridade. O texto aprovado é um substitutivo de Roberto Requião a uma proposta de Randolfe Rodrigues, elaborada com base em sugestões do Ministério Público. O projeto agora será analisado pelos deputados. **4**

Regras para ofício de geofísico vão para deputados 6

Planalto diz que está sanando problemas em portos 7

Mudança em ministérios tem primeiro aval 3

Texto bane gordura hidrogenada em alimentos 6

Governo é criticado por uso de verba de fundos setoriais 3



Jonas Pereira/Agência Senado

Cássio Cunha Lima, Eunício Oliveira e Dário Berger em sessão que aprovou texto

Vai à sanção proposta que altera tributação de franquia dos Correios

O Plenário aprovou ontem projeto que esclarece o tipo de tributação que deve ser cobrado das franquias dos Correios. Pelo texto, a tributação deve ser pela

porcentagem de venda, e não pela intermediação de serviços. Alguns municípios cobravam Imposto sobre Serviços, o que foi considerado indevido. **3**

CPI da Previdência elege Paim presidente e Hélio José relator

Instalada ontem, a CPI da Previdência vai ser presidida por Paulo Paim, eleito por aclamação e autor da iniciativa. O relator escolhido foi Hélio José e o vice-presidente, Telmário Mota. A CPI se reunirá toda terça-feira às 8h30. Paim disse que a investigação sobre as contas da Previdência não entrará no "viés ideológico". **8**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lasier cumprimenta Paim, que foi escolhido para presidir investigação

Comissão vai acompanhar transposição do São Francisco

A Comissão de Desenvolvimento Regional decidiu criar um grupo de trabalho para acompanhar a transposição do Rio São Francisco. A decisão foi tomada após a notícia de que as obras do Eixo Norte foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União. O grupo de trabalho também terá deputados estaduais e integrantes do Ministério Público. **7**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.

SIGA BRASIL
Painéis

Congresso analisará vetos presidenciais na terça-feira

Exigência de sabatina no Senado para aprovação do diretor-presidente da EBC é um dos pontos vetados que estarão em análise. Outros vetos atingem lei que trata da privatização do setor elétrico

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, convocou reunião do Congresso Nacional para terça-feira, às 18h30. Os senadores e deputados votarão nove vetos presidenciais a leis aprovadas no Legislativo. Os vetos estão bloqueando a pauta de votações do Congresso.

Um dos vetos foi feito à lei que altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC (Lei 13.417/2017). O novo texto aprovado pelo Congresso havia incluído a exigência de sabatina no Senado para aprovação do diretor-presidente da EBC. Mas essa obrigatoriedade foi vetada pelo presidente Michel Temer.

Lasier Martins (PSD-RS) defende a derrubada do veto, argumentando que o país precisa de uma empresa pública de comunicação, e não de mais uma estatal.

Outra lei que recebeu vários vetos presidenciais foi a que trata da privatização do setor



Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara: vetos estão bloqueando votações

elétrico. Na época em que a medida provisória foi convertida em lei, alguns parlamentares manifestaram receio de que fossem comprometidos gastos sociais em programas como o Luz para Todos. Mas Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que a Bahia conduziu o processo de privatização sem prejuízo aos programas sociais.

— A Bahia fez a privatização da sua companhia de energia elétrica em 1995. Colocamos energia em 530 mil domicílios

rurais. Portanto, não houve nenhum impedimento para a execução do Programa Luz para Todos, desde que haja decisão do governo federal de colocar os recursos para execução dos serviços na zona rural.

Também está na pauta da sessão de terça-feira o Projeto de Resolução do Congresso 1/2017, que cria a comissão mista permanente destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição.

Senado do Futuro define agenda de debates do ano

A Comissão Senado do Futuro decidiu ontem — ao aprovar requerimentos do presidente, Hélio José (PMDB-DF), — promover ciclos de debates sobre temas como democracia, energia renovável e políticas para a juventude brasileira.

Além disso, os senadores vão avaliar o Programa Nacional de Combate à Desertificação e a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, com ênfase no estudo das ações, da legislação e dos recursos orçamentários que se aplicam aos biomas vulneráveis e às medidas para evitar que o futuro desses biomas seja o de se transformarem em desertos.

Ao longo do ano, os senadores vão debater também os impactos das grandes enchentes no país, o uso do carvão para geração de energia e a segurança das usinas nucleares.

Democracia

Os senadores pretendem discutir ainda as políticas relacionadas ao futuro da democracia no país, que se orientem ao fortalecimento da participação direta da sociedade na formulação de leis, de políticas públicas e na administração das instituições públicas; o futuro das políticas para proteção e garantia dos direitos da juventude, espe-

cialmente no que se refere à educação de qualidade, preservação da saúde e garantia de segurança e de vida; e o futuro das capitais e cidades de porte médio afetadas pela crise hídrica ou por restrições crescentes no abastecimento de água potável, iniciando com o exemplo do Distrito Federal.

Outro tema que será debatido é o futuro da comunicação social nas próximas décadas, como os impactos das novas tecnologias e do mercado de radiodifusão sobre as rádios comunitárias e propostas para alterações legislativas necessárias para garantir o direito à comunicação e à liberdade de expressão.

Audiência sobre luta de indígenas é suspensa

Diante da dificuldade de representantes das comunidades indígenas para entrar no Senado, foi cancelada a audiência marcada para ontem para discutir a luta dos povos indígenas por justiça e direitos humanos. O evento seria promovido pelas Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara. Os parlamentares se reuniram com os indígenas no Acampamento Terra Livre, que reúne 2 mil índios na Esplanada dos Ministérios.

Autora do requerimento, a presidente da Comissão de

Direitos Humanos do Senado, Regina Sousa (PT-PI), criticou o enorme aparato policial usado para escoltar os indígenas.

— A discussão foi terrível com o pessoal do comando da polícia [PM]. É impossível que, toda vez que chegue índio aqui, haja confusão.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Paulão (PT-AL), pediu providências ao governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e ao presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— O índio tem sua marca:

a pintura, o maracá, a instrumentalização. Não é de guerra, mas o pessoal fica tensionado. No entanto, quando a polícia civil depredou a Câmara, não vi a mesma ação da Polícia Legislativa ou da PM.

A representante dos povos indígenas do Baixo Tapajós, Leila Borari, disse estar triste com a violência e alertou sobre a destruição da Amazônia.

— O Pará tem muito minério, madeira. O que mais querem é tirar a gente de lá. As nossas terras estão sendo dominadas pela soja.

Associação dos Municípios do Ceará pede verba do Fundeb

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o prefeito de Várzea Alegre (CE), Zé Helder, e representantes da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece). Eles discutiram a questão da retenção de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

— Vimos aqui para falar que, se isso não for resolvido até sexta-feira, haverá uma

perda muito grande para os municípios do Ceará. O presidente do Senado se mostrou preocupado. São quatro estados que devem ter retidos esses recursos. No nosso estado, se houver essa retenção, não será possível nem pagar a folha de pagamento — afirmou Gadyel Gonçalves de Aguiar Paula, presidente da Aprece.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Lançado livro com discursos e poemas de Ronaldo Cunha Lima

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou na segunda-feira do lançamento de livro com uma coletânea de discursos e poemas do ex-senador Ronaldo Cunha Lima (1936–2002).

— Um dos homens mais cultos, mais brilhantes e, ao mesmo tempo, mais simples, que passaram por esta Casa — disse Eunício, ao falar do primeiro volume da coleção *Senadores da República: discursos memoráveis*, editada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Com 224 páginas, o livro

é dividido em três partes: na primeira, 27 discursos proferidos entre 1995 e 2002; na segunda, 12 poemas; e na terceira, 48 fotos.

Filho do homenageado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ressaltou o legado de humanismo e solidariedade. Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) sublinharam as qualidades de poeta e orador. José Agripino (DEM-RN) lembrou ter convivido com Cunha Lima. Os senadores elogiaram a iniciativa do ILB de preservar a memória.



Eunício, observado por senadores, lembra trajetória de Cunha Lima no Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Rádios comunitárias

8h30 Audiência para debater a situação atual das rádios comunitárias, com a participação de representantes da Anatel, do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

CRE Embaixadores

9h Sabatina de embaixadores indicados para os Emirados Árabes Unidos e o Chile. Na sequência, análise de sete itens, entre eles, cinco acordos internacionais.

MP 763/2016 Saques do FGTS

9h A comissão mista responsável por analisar a medida provisória que autoriza saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço vota requerimento.

PLENÁRIO 55 anos da UnB

9h O Plenário faz sessão especial para comemorar os 55 anos de fundação da Universidade de Brasília (UnB). Às 11h, sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Alterada tributação de franquias dos Correios

Projeto aprovado prevê que franqueadas sejam tributadas pelo percentual de vendas. Texto evita cobrança indevida de Imposto sobre Serviços

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que torna mais clara a relação tributária das operações feitas pelas agências franqueadas dos Correios. A proposição define as atividades das franqueadas como auxiliares ao serviço postal, estipulando a tributação de acordo com o percentual de venda dos produtos e serviços. O texto será encaminhado à sanção presidencial.

O projeto (PLC 59/2016)

acrescenta um parágrafo ao artigo 1º da Lei 11.668/2008, que trata da atividade de franquia postal, para afastar a possibilidade de tributação dos franqueados como se as atividades fossem de intermediação de negócios. Nesse caso, a carga tributária é mais pesada, inclusive em decorrência da cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) pelos municípios. A exigência já motivou repetidas ações judiciais contrárias, patrocinadas por associação de franqueados e pelos Correios, que chegaram até os tribunais superiores.

Para Cidinho Santos (PR-MT), relator do projeto, a receita bruta advinda do serviço postal,

própria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), é imune de tributos, conforme artigo 150 da Constituição. Por isso, está correta, disse, a definição das franquias como auxiliares do serviço postal e, por consequência, meras repassadoras da receita pública auferida à ECT.

A interpretação, prevista no projeto, coloca fim na discussão a respeito do cabimento ou não da incidência tributária sobre serviço auxiliar prestado pelas franquias. O relator destacou ainda que a imposição do tributo provoca aumentos de custos não previstos quando da celebração dos contratos de franquia, o que pode levar ao fechamento das empresas

do segmento. Hoje são aproximadamente 1,5 mil franquias, responsáveis por cerca de 25 mil empregos formais e 10 mil informais.

O autor do projeto, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), justificou a proposta ressaltando que a ausência de uma definição sobre a natureza das atividades “auxiliares” relativas ao serviço postal tem, de fato, provocado uma sobrecarga tributária para as agências franqueadas. Essa situação poderia provocar a falência do setor.

Discussão

Durante a discussão em Plenário, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que o projeto

contribui para a viabilidade econômica e administrativa das empresas franqueadas e promove justiça fiscal e tributária entre as agências que atuam no despacho de correspondências e prestam serviços postais.

Para a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), a aprovação do projeto é importante, sobretudo no momento de crise por que passam os Correios, e torna mais claras as operações realizadas entre a empresa e os franqueados. A ausência de definição de política estratégica, avaliou, provoca sobrecarga tributária para as agências franqueadas, o que pode provocar falência do setor e desemprego em massa.



Relatório de Cleber Verde foi votado em reunião presidida por Anastasia

Avança medida provisória que muda estrutura de ministérios

Foi aprovado ontem o relatório sobre a medida provisória que alterou a estrutura da Presidência da República e dos ministérios. Entre as mudanças feitas pela MP 768/2017, estão a criação do Ministério dos Direitos Humanos e a recriação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O texto foi aprovado pela comissão mista que analisa a MP. Agora, será votado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP dá ao Ministério da Justiça a atribuição de cuidar da segurança pública e retira da pasta funções como a promoção da igualdade racial, que passa ao Ministério dos Direitos Humanos. A Secretaria-Geral da Presidência, cujo titular tem status de ministro, abrange o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), o cerimonial da Presidência e as Secretarias de Comunicação e de Administração.

O Ministério dos Direitos Humanos, conforme a MP, terá que formular, coordenar e executar as políticas e diretrizes para promoção dos direitos de cidadania, de crianças e adolescentes, de idosos, de pessoas com deficiência e das minorias.

A MP 768/2017 também ampliou competências do

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que deverá acompanhar assuntos pertinentes ao terrorismo e às ações voltadas para a sua prevenção.

Alterações

O relator, deputado Cleber Verde (PRB-MA), rejeitou grande parte das emendas. Muitas delas foram consideradas inconstitucionais, sem relação com o assunto da MP ou inadequadas do ponto de vista orçamentário. Outras foram rejeitadas no mérito.

Uma das modificações acolhidas é a modificação, no texto, do nome do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. O relator concordou em alterar o texto para usar a nova nomenclatura, já adotada pelo próprio colegiado: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Outra emenda acolhida substitui o termo “idoso” por “pessoa idosa” em todo o texto. A intenção é combater a desumanização provocada pelo envelhecimento.

Cleber Verde não acatou, entretanto, o pedido para conferir à Secretaria de Políticas para as Mulheres o status de “especial”, porque isso acarretaria impacto orçamentário. A secretaria, então, continua como “secretaria nacional”.

Fundos não podem cobrir deficit, dizem senadores

Senadores que integram a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) criticaram ontem o governo pelo uso dos recursos dos fundos setoriais de telecomunicações para cobrir parte do deficit público. Entre eles, está o Fundo de Fiscalização (Fistel) e o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust).

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), anunciou que está preparando projeto de lei que obriga a União a aplicar recursos do Fust e do Fistel nas telecomunicações como determina a legislação em vigor. Os recursos do Fust, segundo o senador, deveriam ser usados para levar esses serviços às regiões que “não são atendidas normalmente por companhias concessionárias, em razão dos custos de implantação e do baixo

retorno ao capital investido”. A comissão aprovou ainda requerimento convidando o comandante da Aeronáutica, Nivaldo Luiz Rossato, para explicar a recuperação do Centro de Lançamentos de Foguetes, em Alcântara (MA), paralisada desde o incêndio, em 2003.

O Brasil tem como opção, segundo Omar Aziz (PSD-AM), a Base Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, mas uma

greve de quase sete meses tem impedido o lançamento do foguete que vai colocar em órbita o satélite brasileiro.

A comissão também deliberou sobre cinco pedidos de alteração de controle societários de concessionárias de serviços de rádio e TV e outros 22 requerimentos de concessão de outorgas para funcionamento de rádios comunitárias e de frequência modulada.



Para membros da comissão, verbas do setor da ciência não devem ter outro fim

Votação da MP que cria taxas para a Suframa é adiada

Foi adiada por falta de acordo a votação do relatório da Medida Provisória 757/2016, que cria duas novas taxas para custear a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Uma nova tentativa será feita na terça-feira, às 14h.

Segundo a relatora da MP, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o texto original era prejudicial para o comércio, que seria excessivamente onerado

em relação à taxa anterior e ao setor industrial. Eduardo Braga (PMDB-AM), porém, defendeu que a taxação da indústria e do comércio sejam diferentes, alegando que o serviço da Suframa não é o mesmo para os dois setores.

— A contraprestação de serviço não é a mesma. Portanto, a taxação não deve ser necessariamente a mesma porque senão cobrar-se-á

menos para quem custa mais e mais para quem custa menos e aí a justiça da contribuição fica equivocada — afirmou.

O senador disse temer que, com a diminuição da base de arrecadação do comércio, não haja recursos suficientes para o funcionamento da Suframa. Vanessa argumentou que o governo federal deve transferir recursos para o órgão e garantiu que vai manter em seu relatório a redução da base tributária para o comércio.

— Eu não colocarei, nem aceitarei, e se quiserem apresentar terá que ir a voto, nenhuma medida que onere comércio ou indústria para que a Suframa arrecade uma quantidade bem significativa e depois esses recursos sejam revertidos para o superavit primário, para serem contingenciados — avisou.



Parlamentares da comissão mista vão tentar votar a medida na terça-feira

Projeto que altera Lei de Abuso de Autoridade segue para Câmara

Elaborado a partir de proposta baseada em sugestões do Ministério Público, substitutivo aprovado ontem pelo Plenário do Senado prevê mais de 30 ações consideradas abuso e que podem ser punidas

O **PLENÁRIO DO Senado** aprovou ontem o substitutivo ao projeto que modifica a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965). O texto, de Roberto Requião (PMDB-PR), abrange atos cometidos por servidores públicos e membros dos três Poderes da República, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de Contas e das Forças Armadas. Ele segue para a Câmara dos Deputados.

O substitutivo de Requião ao PLS 85/2017, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), prevê mais de 30 ações que podem ser consideradas abuso de autoridade, com penas que variam entre seis meses e quatro anos de prisão. Além disso, as

autoridades condenadas terão que indenizar a vítima. Em caso de reincidência, pode haver a inabilitação para exercício da função pública por um a cinco anos e perda do cargo.

Entre as práticas classificadas como abuso de autoridade, estão obter provas por meios ilícitos e entrar em imóvel sem determinação judicial. O projeto prevê também punição para a chamada “carteirada” — o ato de uma autoridade fazer uso do seu cargo para exigir vantagem ou privilégio indevido.

O texto aprovado foi produzido por Requião a partir de duas proposições: o PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), e o PLS 85/2017, apresen-

Retirada do crime de hermenêutica viabilizou análise em comissão

Antes do Plenário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto por unanimidade na manhã de ontem, com regime de urgência para que tivesse a análise concluída no mesmo dia. A aprovação só ocorreu após a retirada, do texto, do “crime de hermenêutica”, ou seja, a possibilidade de punição por interpretação da lei. A votação foi feita depois de mais de três horas de discussão. Alguns senadores alegaram que a iniciativa poderia inibir a atuação do Ministério Público e de magistrados. O argumento foi rejeitado pelo relator:

— Não tem nada a ver com a Lava Jato. Estamos disciplinando o abuso de qualquer autoridade. Esse projeto remonta aos princípios da Revolução Francesa, das garantias individuais de cidadãos, as quais não podem

ser atropeladas pelo Estado — afirmou Requião.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu o texto de Requião, mas sugeriu que fosse aceita emenda de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que excluía a condição de que a interpretação fosse “necessariamente razoável e fundamentada” para que a divergência na interpretação da lei não configurasse abuso de autoridade.

A sugestão foi acatada pelo relator. Os senadores elogiaram a disposição de Requião pela busca de convergência.

Renan Calheiros saudou o desfecho dos debates como “um grande dia” para a democracia, enquanto Ana Amélia (PP-RS) e Lasier Martins (PSD-RS) observaram que, se não tivesse sido concedida a vista coletiva em reunião anterior da CCJ, não se teriam viabilizado alterações importantes no texto.

Em Plenário, Ana Amélia comemora mudanças que permitiram concordância

Em pronunciamento, Ana Amélia comemorou a aprovação, com alterações, do projeto sobre abuso de autoridade. A senadora elogiou as mudanças aceitas pelo relator e que garantiram que os senadores da CCJ concordassem em



aprovar o texto. Entre elas, estabelecer que a hermenêutica (interpretações diferentes da lei) não configura crime de abuso. Ela também disse ser preciso manter a Lei 12.850/2013, que trata de investigação de organizações criminosas.



Relator do projeto, Roberto Requião discursa no Plenário do Senado durante sessão que aprovou mudanças em lei

tado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) com base em sugestões do Ministério Público.

Criticada por juízes e procuradores, a proposta também enfrentou oposição de vários senadores até que se obtivesse apoio para aprová-la. O consenso alcançado foi destacado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, que elogiou a articulação entre os partidos e com o Ministério Público.

Ao defender o texto no Plenário, Requião disse que a aprovação significa uma vitória da legalidade.

— [Esta votação] vai marcar a história do Senado na luta pelas garantias civilizatórias do direito no Brasil — comemorou.

Ele garantiu que o projeto não visa prejudicar o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público e disse que apoia “investigações limpas”.

Randolfe, que encampou as reivindicações do Ministério Público no PLS 85/2017, elogiou o trabalho de articulação e a disposição de Requião em negociar. Porém, ressaltou que algumas normas mantidas na redação final podem impor obstáculos excessivos ao trabalho de juízes e procuradores.

Senadores que criticaram o substitutivo manifestaram preocupação com sua influência sobre os rumos da Operação Lava Jato, que investiga corrupção e tem diversos parlamentares e ministros como alvo.

Cristovam Buarque (PPS-DF) considerou “erro gravíssimo” colocar o projeto em pauta. Ele disse que o fato de o Congresso nunca ter discutido o assunto antes mostra que os senadores trabalham para si mesmos:

— Não cometamos o abuso de autoridade de aprovar esse projeto em causa própria. Está claro que, neste momento, ele tem a ver com a Lava Jato.

Para Jorge Viana (PT-AC), houve “manipulação da opinião pública” para criar a ideia de que a proposta é focada na Lava Jato, quando trata-se apenas de superar a norma antiga.

Líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO) argumentou que o texto é resultado de amplos debates.

Abuso de autoridade

Veja o que prevê o substitutivo aprovado



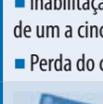
ALCANCE

■ A lei vale para servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; para integrantes do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e dos tribunais ou conselhos de Contas.



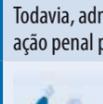
EFEITOS DA CONDENAÇÃO

■ Obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos, considerando os prejuízos por ele sofridos.



AÇÃO PENAL

■ Os crimes previstos na lei são de ação penal pública incondicionada, ou seja, ficam sob a titularidade do Ministério Público e não dependem da vontade da vítima ou de qualquer outra pessoa.

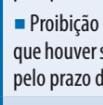


PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO QUE PODEM SUBSTITUIR A PRISÃO



■ Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

■ Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com perda dos vencimentos e das vantagens.



■ Proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no município em que houver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de um a três anos.



ALGUNS CRIMES PREVISTOS

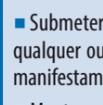
■ Decretar prisão preventiva, busca e apreensão ou outra medida de privação da liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.



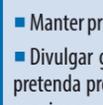
■ Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.



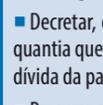
■ Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou imagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal, com o intuito de expor a pessoa a vexame ou execração pública.



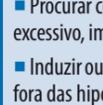
■ Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão.



■ Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.



■ Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo honra ou a imagem do investigado ou acusado.



■ Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte.



■ Procurar colocar obstáculos à análise de um processo ao pedir vista por tempo excessivo, impedindo que ele seja apreciado pelo órgão ao qual ela pertence.



■ Induzir ou instigar pessoa a praticar crime para capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei.



■ Impedir encontro reservado entre um preso e seu advogado.



PRISÃO TEMPORÁRIA

■ Altera a Lei 7.960/1989, que dispõe sobre a prisão temporária, para determinar que o mandado de prisão tenha o período de duração bem como o dia em que o preso deve ser liberado.



ESCUA AMBIENTAL

■ Inclui a escuta ambiental no artigo 10 da Lei 9.296/1996. Tal artigo diz que é crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática ou quebrar segredo da Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.



HERMENÊUTICA

■ A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade. Além disso, só há abuso de autoridade se as condutas tiverem a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.

Proposta que acaba com o privilégio para 35 mil autoridades e o mantém apenas para os chefes dos Poderes da União foi aprovada ontem em primeiro turno no Plenário

Avança PEC que restringe foro privilegiado

O SENADO APROVOU ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro especial por prerrogativa de função, conhecido como foro privilegiado. A PEC 10/2013 — aprovada com 75 votos favoráveis, sem votos contrários nem abstenções — mantém o foro especial apenas para o presidente da República e para os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), da Câmara dos Deputados e do Senado.

A partir de terça-feira, a PEC deverá ser discutida durante três sessões deliberativas no Plenário, podendo, em seguida, ser votada em segundo turno. Se for novamente aprovada, segue para análise da Câmara dos Deputados.

O texto acatado ontem é o substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que consolidou a proposta original, de Alvaro Dias (PV-PR), com a PEC 18/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), e com as emendas sugeridas.

Pelo texto de Randolfe, o foro privilegiado fica extinto para todas as autoridades brasileiras nas infrações penais comuns. Será mantido apenas para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União. Ou seja, a PEC acaba com os foros

especiais para ministros de estado, governadores, prefeitos, presidentes de câmaras municipais e de assembleias legislativas, presidentes de tribunais superiores e de Justiça dos estados, ministros dos tribunais superiores e do TCU, procurador-geral da República, embaixadores, membros de tribunais de contas estaduais e municipais, integrantes de tribunais regionais, juízes federais e integrantes do Ministério Público.

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais, entre outros.

A PEC também inclui expressamente na Constituição a proibição de que

seja instituído qualquer outro foro por prerrogativa de função no futuro.

A proposta permite a prisão de membros do Congresso Nacional condenados em segundo grau, nas infrações comuns. Hoje eles são julgados pelo STF e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte. A PEC também elimina a possibilidade, hoje prevista pela Constituição, de a Casa parlamentar sustar o andamento de ação penal contra os legisladores.



Senadores Reguffe, Randolfe, Alvaro, Caiado e Cristovam debatem em Plenário o texto da proposta

Julgamentos

O texto aprovado mantém a exigência de autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, para o julgamento do presidente da República. Entretanto, permite que ele seja julgado por um juiz de primeiro grau, nos crimes comuns. O julgamento por crime de responsabilidade continua a ser feito pelo Senado.

A proposta prevê a suspensão do presidente da República de suas funções, nas infrações penais comuns, a partir do momento do recebimento da denúncia ou queixa-crime pelo juiz competente. Nos crimes de responsabilidade, a suspensão só ocorre após a instauração do processo de impeachment pelo Senado.

Diversos senadores defenderam e apoiaram o fim do foro privilegiado durante a sessão de votação, entre eles Ronaldo Caiado (DEM-GO), Eduardo Braga (PMDB-AM), Reguffe (sem partido-DF), Telmário Mota (PTB-RR), Benedito de Lira (PP-AL), Hélio José (PMDB-DF), José Medeiros (PSD-MT), Omar Aziz (PSD-AM), Cidinho Santos (PR-MT), Lídice da Mata (PSB-BA), João Capiberibe (PSB-AP), Magno Malta (PR-ES), Gladson Cameli (PP-AC), Fátima Bezerra (PT-RN), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e outros.

Alvaro disse que o fim do foro é um grande passo para o Brasil garantir “a Justiça igual para todos”.

— O Brasil é um país em transformação. A extinção desse privilégio é a sinalização de que nós podemos acreditar no surgimento de uma nova Justiça neste país — disse.

Para Randolfe, ao votar pelo fim do foro privilegiado, o Senado “coloca o Brasil no rol das nações democráticas e republicanas”. Ele disse que o foro especial é um “resquício aristocrático e monárquico”.

— Hoje é um dia histórico para o Senado e para a República — disse.

Magno Malta sugeriu que os senadores e deputados deem outros bons exemplos à população congelando os recursos do fundo partidário por 20 anos e diminuindo pela metade os salários dos parlamentares.

Cássio lembrou que seu pai, o ex-senador Ronaldo Cunha Lima, falecido em 2012, já defendera o fim do foro privilegiado em 1995 na tribuna do Senado.

— Estamos vivendo um dia histórico, indiscutivelmente, ao extinguir em definitivo o foro privilegiado e proibir que esse instrumento volte a ser criado — afirmou.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também comemorou a aprovação da PEC.

Emenda aceita pelo relator mantém prerrogativa para chefes dos três Poderes

Antes da votação no Plenário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o relatório do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) sobre a PEC 10/2013, que extingue o foro por prerrogativa de função.

A proposta não estava na pauta da CCJ e foi incluída pelo presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), a pedido dos senadores.

Magno Malta (PR-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) lembraram que o STF deve anunciar decisão sobre o assunto em maio, numa ação envolvendo o prefeito de Cabo Frio (RJ), Marcos Rocha Mendes, o que exige pressa dos parlamentares.

— Vamos pedir celeridade, porque o Supremo vai julgar no dia 13 e mandar logo para a Câmara convalidar isso. Vamos tomar a frente daquilo que é prerrogativa do Senado — disse Caiado.

Em entrevistas recentes, os ministros Luiz Fux e Luís Barroso já se mostraram favoráveis à limitação da prerrogativa, que hoje atinge mais de 50 mil pessoas, segundo Lobão.

Segundo o parecer de Randolfe, o foro privilegiado fica extinto para todas as autoridades brasileiras nas infrações penais comuns.

Atendendo sugestões de outros senadores, ele aceitou uma emenda para manter o foro apenas para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União.

Em seu texto, Randolfe reconhece que o foro especial foi criado para proteger o cargo, e não seu ocupante, mas afirma que “muitas pessoas se candidatam para fugir das instâncias ordinárias da Justiça”.

“Os ministros do Supremo Tribunal Federal em muitas ocasiões são submetidos ao constrangimento público de ter que decidir ações penais cujos crimes já tiveram suas penas prescritas em concreto. Julgam antevendo o seu provável desfecho, mas o fazem para que não lhes pese a acusação de leniência”, escreveu o senador.

Transferência

Roberto Rocha (PSB-MA) tentou aprovar uma emenda de sua autoria para obrigar a União e os estados a criar varas especializadas para o julgamento de autoridades no caso de crimes comuns. Segundo a proposta, essas varas especializadas funcionariam em cada Tribunal Regional Federal. E os juízes titulares e substitutos seriam escolhidos pelos ministros do Supremo.

A ideia foi rejeitada pelo relator e também pelo autor da PEC, senador Alvaro Dias (PV-PR), que ressaltou o fato de a proposta determinar o domicílio do acusado como local de seu julgamento. Além disso, segundo eles, criar tais varas seria apenas transferir o foro em vez de extingui-lo.

Dia que marcará a história do Senado, diz Eunício sobre votações

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou ontem a aprovação em Plenário do Projeto de Lei do Senado 85/2017, que altera a lei de abuso de autoridade, e da Proposta de Emenda à Constituição 10/2017, que extingue o foro privilegiado — votada em primeiro turno. Para o presidente, essa quarta-feira “marcará a história do Senado e do Brasil”.

— Por meio do diálogo, do exercício da política, da boa política, missão para a qual o povo nos colocou aqui, esta Casa hoje tomou duas importantíssimas decisões. Acabamos com o injustificável privilégio do foro por prerrogativa de função, atendendo ao clamor popular que nos reclamava isso há anos. Ao mesmo tempo, regulamos o combate ao abuso de autoridade, uma excrescência que afeta o cidadão diariamente, da “carteirada” na fila do cinema à prisão injusta; dos maus-tratos na delegacia ao vazamento criminoso de informações sigilosas — declarou.

Eunício explicou que o foro privilegiado não acabou apenas para 600 parlamentares e ministros, mas para as 35 mil pessoas que também tinham direito a essa prerrogativa, do vereador ao membro do Conselho Nacional de Justiça.

— Não foram decisões apressadas, tomadas a toque de caixa. Foram textos discutidos e rediscutidos, com diversas versões publicadas e debatidas neste Plenário e na Comissão de Constituição e Justiça — garantiu.



Presidente da CCJ, senador Edison Lobão pós em votação projeto sobre foro privilegiado

Gordura hidrogenada pode ser proibida em alimentos

Consideradas prejudiciais à saúde, substâncias presentes em muitos alimentos industrializados terão que ser substituídas em até três anos. É o que prevê proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais

UM PROJETO DE lei que proíbe o uso de gorduras vegetais hidrogenadas na fabricação de alimentos (PLS 478/2015) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Essas substâncias são produzidas artificialmente através da hidrogenação industrial de óleos vegetais e marinhos, num processo que, embora estenda a vida útil dos alimentos, produz ácidos graxos capazes de, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), aumentar o risco de doenças cardiovasculares.

Entre os alimentos produzidos com essas substâncias, estão a margarina, o macarrão instantâneo, os biscoitos e os pratos congelados.

O PLS 478/2015 deve seguir para análise da Câmara caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.

De autoria da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), o PLS 478/2015 também determina que seja editada pelo Executivo uma regulamentação específica determinando a substituição das gorduras hidrogenadas.

De acordo com o projeto, o poder público deverá incentivar e financiar estudos e pesquisas que tenham por objetivo a substituição gradual dessas gorduras na produção de alimentos. O Estado deverá



Marta, autora do projeto, conversa com o relator, Amorim, e com Roberto Muniz

ainda promover campanhas e ações educativas voltadas para o consumo consciente de alimentos.

Apesar da proibição, o texto libera o uso de gorduras vegetais hidrogenadas pelas autoridades sanitárias em casos específicos, desde que haja uma demanda embasada em justificativa técnica.

O relator do projeto, Eduardo Amorim (PSDB-SE), alterou o texto para que ele passasse a se referir a gorduras vegetais hidrogenadas produzidas artificialmente, em vez do termo mais genérico “gorduras trans”. Segundo ele, alguns alimentos contêm gorduras trans naturalmente, como o leite e a carne de bovinos, e não fariam sentido torná-los ilegais.

Outra mudança promovida pelo relator foi adiar a data de

vigência da nova lei, dando à indústria alimentícia três anos para se adaptar, em decisão inspirada na experiência dos Estados Unidos, cuja agência de fiscalização sanitária estabeleceu o mesmo prazo para aplicar lá as suas restrições. Originalmente, o PLS 478/2015 possuía vigência imediata.

— Nós priorizamos a vida, para que a vida tenha mais validade do que os produtos — defendeu Amorim.

A autora da proposta afirmou que as mudanças feitas por Amorim melhoraram o projeto. As emendas também foram elogiadas por Ronaldo Caiado (DEM-GO), que destacou a oportunidade do projeto com o crescimento de casos de cardiopatias, aumento de taxas de colesterol e obesidade na população brasileira.

Debate aborda controle de movimentação financeira

O modelo de fiscalização das movimentações financeiras no Brasil será debatido em audiência pública a ser realizada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O objetivo do requerimento, segundo o autor, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), é buscar entender o motivo de grandes montantes de recursos circularem à revelia dos órgãos fiscalizadores, como foi

revelado pelas investigações da Operação Lava Jato.

Na opinião do senador, os bilhões em recursos utilizados para pagamento de propina não ficaram “embaixo de colchões” e passaram em algum momento pelos bancos.

— Precisamos saber se alguém tinha informação desse dinheiro circulando nas instituições financeiras e se desconfiaram da ilegalidade dele — disse Ataídes.

Foram convidados o pre-

sidente do Banco Central, Ilan Goldfajn; o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues; o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro; o ministro da Transparência, Torquato Jardim; e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; entre outros debatedores.

Segue para a Câmara projeto que regulamenta a profissão de geofísico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto de Romário (PSB-RJ) que regulamenta a profissão de geofísico. O PLS 487/2015 define a geofísica como “o estudo da Terra mediante métodos físicos quantitativos, especialmente os de reflexão e refração sísmicas, gravimétricos, magnetométricos, elétricos, eletromagnéticos e radioativos”. Entre os ramos dessa ciência, estão a geofísica do petróleo, a sismologia (que investiga terremotos e ondas elásticas) e a geotermometria (que estuda o aquecimento).

A votação foi terminativa e a proposta deve seguir para a Câmara se não houver recurso para ir a Plenário.

Para exercer a profissão, segundo o projeto, é preciso ser formado em geofísica, física, geologia ou engenharia geológica. Excepcionalmente, também podem atuar na atividade outros profissionais de nível superior que exerçam a profissão há pelo menos três anos ininterruptos no Brasil. Em qualquer caso, é exigido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

O relator na CAS, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável, com três

emendas. A primeira modifica o artigo que estabelecia que “o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) determinará a competência profissional de geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros geólogos”.

Emenda

Para Paim, o artigo é inócua, porque a Constituição já dá ao Confea a possibilidade de regulamentar a legislação. É injurídico, porque, ao estabelecer uma incumbência do Confea, viola “o princípio da separação dos Poderes, na medida em que os conselhos, por terem a natureza jurídica de autarquias, integram a administração pública”.

A nova redação proposta por Paim estabelece que compete aos geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros geólogos o exercício de todas as atividades profissionais relacionadas com a geofísica e os ramos da profissão especificados no projeto. A emenda também estipula que cabe a esse profissional “a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)”.

As duas outras emendas tratam de mudança de redação.

Diligência em Mato Grosso acompanhará investigação sobre mortes de sem-terra

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou a realização de uma diligência em Colniza (MT) para fiscalizar as investigações de tortura e assassinato de nove trabalhadores rurais na região.

Segundo o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), os senadores irão ao norte de Mato Grosso na semana que vem, após uma audiência sobre o massacre, na terça-feira, para a qual foi convidado o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

A audiência pública e a diligência foram requeridas pela presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), e por Paim. O convite ao ministro foi sugerido pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).



Presidente da comissão, Regina pediu o debate e a visita ao estado

Por iniciativa de João Capiberibe (PSB-AP), o colega aprovou também a realização de outras duas audiências para discutir a implementação de políticas de desmatamento zero.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Segundo Viana, Acre é exceção e paga servidor público em dia

Jorge Viana (PT-AC) saudou os bons resultados do governo do Acre no enfrentamento da crise nacional. Ele lamentou a “falência generalizada” de prefeituras e estados, mas, em seu entendimento, a gestão do governador Tião Viana tem permitido ao Acre fazer investimentos que melhorarão a vida do povo.

O senador assinalou que o Acre é dos poucos estados que pagam seus servidores em dia. Enquanto isso, o governo federal leva o país à falência, assiste à elevação do desemprego e “põe à venda” o Brasil, segundo o senador.

Regina quer apuração de caso envolvendo morador de rua negro

Regina Sousa (PT-PI) lamentou o caso do morador de rua Rafael Braga Vieira, condenado no Rio à prisão após ser detido nas manifestações de 2013 portando desinfetante. Para a polícia, ele usaria o produto para fazer uma bomba. A senadora afirmou que Vieira voltou a ser preso por narcotráfico e também foi condenado. Segundo ela, o rapaz alega que drogas foram plantadas pelos policiais.

— Percebemos que, quando se trata de negro, ele já é culpado antecipadamente. Esse caso não pode ficar com a versão dos policiais. Precisamos reabri-lo. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, afirmo que vamos tomar providências nesse sentido.

Lúcia Vânia apoia nova taxa de juros em contratos do BNDES

Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou a decisão do Banco Central de acabar com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e criar no seu lugar a Taxa de Longo Prazo (TLP) nos contratos do BNDES. Ela sublinhou que a TJLP recebe subsídios do Tesouro, o que não acontecerá com a TLP e que, em surtos inflacionários, o BC precisará aumentar menos a taxa básica de juros para obter os efeitos que hoje só são atingidos com “altas doses do remédio”. Outra melhora, segundo ela, será a participação dos bancos privados nos financiamentos de longo prazo.

— Isso desafogará BNDES, Banco do Brasil e Caixa.

Comissão acompanhará obra no Rio São Francisco

Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional decidiram criar um grupo de trabalho para acompanhar transposição das águas do rio após notícia de suspensão de obras

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional (CDR) criará um grupo de trabalho para acompanhar as obras de transposição do Rio São Francisco. A decisão foi tomada ontem. A presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), disse que a notícia de que o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a retomada da obra do Eixo Norte a deixou preocupada.

— Ontem [anteontem] tivemos uma nova informação que nos deixou preocupados. A imprensa noticiou que uma das empresas que participaram do processo licitatório entrou formalmente com um novo questionamento e o TCU suspendeu, portanto, a retomada do início da obra.

Fátima contou que a comissão enviou ofício ao ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, para saber como estão as condições técnicas para a retomada da obra do Eixo Norte, que levará a água do São Francisco a Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

A senadora disse ainda que o grupo de trabalho será integrado por senadores, deputados estaduais e membros do Ministério Público e da Igreja.

Correios

A CDR aprovou ainda requerimentos para a realização de audiências. Entre eles, está o



Fátima Bezerra, que preside comissão, diz que suspensão de obra preocupa

de Paulo Rocha (PT-PA) que pede debate sobre a situação dos Correios, que planeja demitir funcionários e reduzir sua rede de atendimento.

Segundo Fátima, os planos de privatização dos Correios são inaceitáveis, tendo em vista a importância estratégica e o caráter social da empresa.

Outro requerimento aprovado foi um de Jorge Viana (PT-AC) para a realização de audiência sobre a abertura de 100% do capital das companhias aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro.

Lídice da Mata (PSB-BA), que fez a leitura do requerimento, disse que esse é um tema colocado pelo governo e que a CDR é a comissão ideal para debater a questão.

Na justificativa do pedido, Viana observou que o Ministério do Turismo anunciou que o governo fará a abertura de

todo o capital das empresas aéreas brasileiras ao investimento internacional. Isso, ponderou ele, pode colocar em risco a aviação regional e a continuidade da oferta de voos para destinos pouco atrativos.

Gás natural

A CDR aprovou um requerimento de José Medeiros (PSD-MT) para a realização de um ciclo de debates sobre o uso do gás natural no desenvolvimento de Mato Grosso. Medeiros pediu ainda para representar a comissão em audiência pública a ser realizada em 28 de maio na Assembleia Legislativa do estado.

A comissão também debaterá a “economia criativa” das festas juninas do país. O requerimento pedindo a audiência pública, de Lídice, foi aprovado ontem.

Governo: gargalo em portos está sendo enfrentado

O governo está tomando as providências para resolver os gargalos para a liberação das cargas em portos e algumas delas já geraram efeitos concretos para os importadores. A informação foi dada por participantes da audiência promovida ontem pela Comissão de Agricultura. A intenção foi debater os gargalos e o andamento das providências solicitadas pelo Tribunal de Contas da União.

O TCU constatou que uma das razões para a demora na liberação de cargas é a tramitação da Declaração de Trânsito Aduaneiro. O documento da

Receita permite o transporte de cargas dos portos para os demais recintos alfandegados, para a verificação de nacionalidade. É exigida a presença de um servidor da Receita para inserir manualmente os dados sobre os contêineres e os veículos que farão o transporte.

Segundo o secretário de Controle Externo do TCU no estado de São Paulo, Hamilton Caputo Silva, enquanto no Brasil o tempo de importação de uma mercadoria é de 15,5 dias, nos portos de classe A no exterior a média é de 3 dias. Isso aumenta os custos.

O coordenador do Sistema

de Vigilância Agropecuária Internacional do Ministério da Agricultura, Fernando Mendes, informou que o órgão está trabalhando para atender as recomendações do TCU, como a atualização dos sistemas de informática.

Ele citou a implementação de uma iniciativa coordenada pela Receita que dá tratamento diferenciado a empresas com histórico de conformidade com as normas.

Também está em elaboração o despacho sobre águas, que permite que o início do processo de trânsito ocorra antes de a carga ser desembarcada.

Resultados das providências pedidas pelo TCU podem ser sentidos. Marcelo D’Antona, da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público, citou uma redução do índice de contêineres parados para a inspeção.

Wellington Fagundes (PR-MT), que pediu a audiência, se mostrou satisfeito com os resultados.



Ivo Cassol (C) preside audiência na Comissão de Agricultura sobre portos

Lopes pede crédito para ajudar rádio AM na migração para FM

Eduardo Lopes (PRB-RJ) pediu na terça, no Plenário, que o governo crie uma linha de crédito para as emissoras de rádio AM que precisam migrar para FM. A extinção do serviço de radiodifusão local por AM foi determinada pelo Decreto 8.139/2013.

O senador disse que os custos da migração variam de R\$ 8 mil a R\$ 4,5 milhões, dependendo de fatores como potência do sinal e população do município. Para ele, uma linha de crédito especial é necessária para ajudar as emissoras, principalmente as pequenas, a concretizar a transição.

João Alberto: país tem de aproveitar potencial da base de Alcântara

João Alberto (PMDB-MA) disse que o Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, é uma das mais cobiçadas bases aeroespaciais do mundo e pode tornar o Brasil um ator relevante nessa questão estratégica.

Ele sublinhou que a base tem posição privilegiada, próxima ao equador e ao Atlântico, em área de baixa densidade populacional e bom clima.

Para João Alberto, o Brasil precisa definir o papel do centro de lançamento e buscar contrapartidas favoráveis de outros países, como transferência de tecnologia em troca do uso de Alcântara.

Humberto diz que políticas indigenistas são desmanteladas

Humberto Costa (PT-PE) repudiou o confronto entre policiais e representantes de comunidades indígenas, ocorrida na terça em frente ao Congresso.

O senador afirmou que apoia as reivindicações das comunidades indígenas e declarou que o país vive o “desmantelamento” das instituições e das políticas públicas indigenistas, a começar pela Funai.

Humberto Costa ressaltou ainda que a invasão de garimpeiros e madeireiros nas terras indígenas, a paralisação das demarcações e os constantes massacres sofridos por esses povos são “uma escalada sem fim de perdas de direitos”.

Paim será presidente da CPI da Previdência

Comissão parlamentar de inquérito que investigará as razões do déficit, como dívidas de empresas e sonegação, terá Hélio José como relator e Telmário vice-presidente

PAULO PAIM (PT-RS) foi eleito ontem, por aclamação, presidente da CPI da Previdência. Telmário Mota (PTB-RR) foi escolhido vice-presidente e Hélio José (PMDB-DF) será o relator. A escolha ocorreu logo após a instalação dos trabalhos da CPI, que se reunirá toda terça-feira às 8h30.

— Estou convicto de que esta CPI não será contra esse ou aquele governo e nem entrará no viés ideológico. Será um trabalho coletivo para analisar as contas da Previdência, saúde e assistência. É a primeira vez em 92 anos que uma CPI vai investigar essa caixa obscura. Vamos mostrar que essa reforma, como está aí, não precisa ser aprovada — destacou Paim.

Hélio José ressaltou que pretende trabalhar de forma “conjunta e democrática” ouvindo todos os membros da CPI, centrais sindicais, ex-ministros, servidores públicos e quem possa colaborar para a elaboração de um relatório “que deixe o Brasil orgulhoso da CPI”.



Hélio José, Paulo Paim e Telmário Mota serão membros da comissão parlamentar de inquérito, que se reunirá às terças

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a fraude é “estrangulante” e disse esperar que a CPI não seja usada como palco de discursos partidários, mas sim que atue de forma isenta para cumprir o seu objetivo de investigar as contas da Previdência.

Lasier Martins (PDT-RS) destacou que a instalação da comissão coincidiu com o auge do debate sobre a reforma da Previdência. Segundo ele, o colegiado será suprapartidário com o único objetivo de discutir o que é a Previdência

no Brasil e quais são seus erros, desvios e méritos.

Temas para discussão

José Pimentel (PT-CE) disse ser preciso discutir as isenções previdenciárias e as reformas que foram feitas na Previdência desde a Constituição de 88.

— Precisamos discutir os resultados dessas duas emendas nas contas da Previdência — disse o senador, referindo-se às Emendas Constitucionais 20 e 41.

João Capiberibe (PSB-AP) destacou que é fundamental

levantar evasões da Previdência para que a CPI tenha a ideia concreta do tamanho da perda que poderia ser resolvida por meio de medidas administrativas.

— Tem muita coisa que pode ser resolvida através de medidas administrativas. Estamos de acordo que precisa de uma reforma, mas não uma que puna trabalhadores, que não têm nada a ver com a crise — afirmou o senador.

Dário Berger (PMDB-SC) explicou que o colegiado terá a oportunidade única de ela-

borar um diagnóstico amplo e completo do que é verdade ou não sobre a Previdência. Segundo o senador, a comissão precisa responder se existe ou não déficit na Previdência, quais os setores deficitários e superavitários, qual é a diferença entre Previdência e seguridade social, qual a posição de órgãos de controle sobre o assunto e qual a melhor forma de o governo zerar esse déficit.

Anistias

A CPI é uma iniciativa de Paim, que reuniu 62 assinaturas — mais que o dobro do necessário, 27 assinaturas — para verificar as dívidas de grandes empresas com a Previdência, a sonegação e a concessão de anistias, desonerações e desvinculações tributárias que teriam provocado o desabastecimento do caixa do setor.

A comissão será formada por sete membros titulares e cinco suplentes, com prazo de 120 dias, prorrogável por mais 120. Ela terá uma dotação orçamentária de até R\$ 100 mil para custear as despesas.

Segundo Lindbergh, crise é causa da rejeição a Temer

Lindbergh Farias (PT-RJ) mencionou ontem pesquisa segundo a qual apenas 4% dos entrevistados consideram o governo Temer como bom ou ótimo, enquanto 76% o consideram o ruim ou péssimo.

De acordo com o senador, o maior problema do Brasil não é fiscal, mas sim a recessão econômica. Ele lamentou ainda que o ajuste fiscal do governo esteja concentrado em medidas que prejudicam os mais pobres.

Anteontem, ele havia criticado o substitutivo da Câmara à proposta de reforma da Previdência. Para ele, o “recuo” do governo é insuficiente para melhorar a situação do trabalhador.



Moreira/Agência Senado

Greve geral marcará gerações futuras, diz Paulo Paim

Em pronunciamento ontem, em Plenário, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a greve geral convocada para amanhã vai repercutir na vida das gerações presentes e futuras dos brasileiros.

Ele ressaltou que a paralisação agendada contará com a adesão de sindicatos dos aeroviários, rodoviários, metroviários, caminhoneiros, entre outras categorias profissionais, assim como vereadores e funcionários públicos.

O senador explicou que a paralisação visa demonstrar a posição contrária das centrais sindicais em relação às reformas trabalhista e da Previdência, propostas pelo governo Michel Temer e em discussão na Câmara dos Deputados.

Para Vanessa, manifestação será “grande movimento”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a greve geral marcada para amanhã não representa apenas a oposição ao governo Michel Temer, “ao contrário do que afirmam as vozes mais conservadoras, mas é um grande movimento de massa”. Ela informou que a greve conta, inclusive, com o apoio de centrais sindicais que foram favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— Não são apenas trabalhadores. Várias igrejas têm se manifestado a favor dos trabalhadores que como nós sabem que a saída para o Brasil não é a retirada dos direitos — afirmou a senadora.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lídice anuncia que participará da paralisação de amanhã

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou que participará, ao lado do povo, da greve geral de amanhã. Ela criticou quem classifica a paralisação como ilegítima, sob o argumento de que a greve não leva em conta o interesse da população. O direito de greve é reconhecido internacionalmente e, graças a ele, os trabalhadores conquistaram direitos importantes, afirmou.

A senadora também propôs que a Casa acompanhe a Base Nacional Comum Curricular no que se refere à alfabetização. Para ela, a proposta do governo erra ao prever a alfabetização apenas nos dois primeiros anos do fundamental, ou seja, aos 6 e 7 anos.



Gerardo Magela/Agência Senado

PT tenta enfraquecer o governo, afirma Medeiros

A greve geral é uma tentativa de enfraquecer o governo de Michel Temer, disse José Medeiros (PSD-MT). Outra motivação, segundo o senador, é a intenção do partido de obstruir o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, que estava marcado para a próxima semana, mas foi adiado.

Ao lembrar que o PT era favorável às reformas, o senador disse que o partido está tentando “interditar a reconstrução do país”, por não estar mais no poder.

— É esse o pano de fundo para a greve. Mas colocam de forma habilidosa a reforma da Previdência e a reforma trabalhista como o grande mote disso.



Gerardo Magela/Agência Senado

Mudanças trarão perda de direitos, critica Fátima

Em dois dias de pronunciamentos contra as reformas trabalhista e da Previdência, Fátima Bezerra (PT-RN) sustentou ontem suas posições lendo artigo do professor Homero Costa, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A crítica maior do professor, disse ela, é direcionada às propostas que acabam com direitos trabalhistas, ao dar mais força às negociações entre patrões e empregados do que à lei.

A senadora disse que o movimento de greve geral deve entrar para a História. Ela também lamentou a repressão na terça contra índios em frente ao Congresso Nacional e criticou o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Reforma ameaça conquistas do trabalhador, alerta Ângela

Para Ângela Portela (PDT-RR), a reforma trabalhista em análise na Câmara acabará com direitos existentes desde 1940 e reforçados pela Constituição de 1988. Ela explicou que as mudanças eliminam ou alteram cerca de 100 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos pontos mais graves é a valorização dos acordos coletivos em detrimento das leis, avaliou.

Igualmente danoso, disse a senadora, é o fato de a reforma possibilitar a redução de salários.

— As empresas poderão reduzir o salário do empregado para continuar exercendo a mesma função.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cidinho apoia projetos de fim do foro e abuso de autoridade

Cidinho Santos (PR-MT) disse que observa o Brasil com otimismo, especialmente após a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, na manhã de ontem, da proposta que extingue o foro privilegiado (PEC 10/2013) e do projeto que atualiza a lei do abuso de autoridade (PLS 85/2017).

O senador garantiu apoio à votação das propostas no Plenário (onde foram aprovadas, ontem à tarde) e afirmou que outras medidas, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização, são bem-vindas. Ele disse que a reforma da Previdência é uma necessidade e que a lei do teto de gastos e a reforma do ensino médio foram acertados do governo.



Moreira/Agência Senado